

LUIS FELIPE **SALOMÃO**  
PAULO **PENALVA** SANTOS

# Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência

Teoria e Prática

**5<sup>a</sup>**  
edição revista,  
atualizada e  
reformulada



✳ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

✳ Fechamento desta edição: 18.06.2020

✳ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

✳ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

✳ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

*Copyright © 2020 by*

**Editora Forense Ltda.**

*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)

✳ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

✳ Capa: Aurélio Corrêa

✳ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

Salomão, Luis Felipe

Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática / Luis Felipe Salomão, Paulo Penalva Santos. 5. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-9107-4

1. Direito comercial – Brasil. 2. Direito empresarial – Brasil. 3. Sociedades comerciais – Recuperação Brasil. 4. Falência – Brasil. I. Santos, Paulo Penalva. II. Título.

20-63838

CDU: 347.736(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO

<b>I - ASPECTOS GERAIS DA LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Luis Felipe Salomão</b> .....	1
1. Introdução.....	1
2. O Superior Tribunal de Justiça e a evolução do direito privado.....	2
3. O direito falimentar e suas fases.....	6
4. A Lei de Recuperação de Empresas – aspectos gerais. É mesmo necessária sua revisão?.....	8
5. Inovações do Código Civil de 2002 no âmbito do direito empresarial.....	11
6. Deficiências no funcionamento da empresa moderna.....	12
7. Breves anotações em termos de direito comparado moderno.....	15
7.1. Portugal.....	15
7.2. Alemanha.....	16
7.3. Espanha.....	17
7.4. França.....	18
7.5. Itália.....	20
7.6. Parlamento Europeu – insolvência transnacional (Regulamento 848/2015).....	21
8. Princípios gerais da lei brasileira (11.101/2005).....	24
8.1. Preservação da empresa.....	24
8.2. Separação do conceito de empresa e empresário.....	31
8.3. Recuperação das sociedades viáveis e liquidação das não recuperáveis... ..	32
8.4. Proteção aos trabalhadores.....	33
8.5. Redução do custo e do crédito.....	38
8.6. Celeridade e eficiência do processo.....	38
8.7. Segurança jurídica.....	40
8.8. Participação ativa dos credores.....	41
8.9. Maximização do valor dos ativos do falido.....	43
8.10. Desburocratização da recuperação quanto ao micro e pequeno empresário.....	43
8.11. Rigor na punição dos crimes.....	45

9.	O prazo de suspensão das ações e execuções em face do devedor, depois de deferido o processamento da recuperação judicial.....	47
9.1.	Execuções individuais.....	47
9.2.	Prosseguimento das execuções quanto aos coobrigados.....	51
9.3.	Execuções fiscais.....	52
9.4.	Registro do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros de proteção ao crédito.....	60
10.	A questão da sucessão do arrematante nas obrigações do devedor, observada a Lei 11.101/2005.....	61
11.	Sucessão pelas adquirentes de unidades produtivas isoladas.....	69
12.	A responsabilidade de empresa subsidiária.....	70
13.	Possibilidade de participação de empresa em recuperação judicial em licitação pública.....	71
14.	Análise econômica do direito no âmbito da recuperação judicial e falência.....	73
<b>II</b>	<b>A DECLARAÇÃO JUDICIAL DA FALÊNCIA - Luis Felipe Salomão....</b>	<b>75</b>
1.	Introdução – breve histórico do direito falimentar.....	75
2.	Requisitos para a decretação da falência.....	76
2.1.	Sujeitos passivos.....	76
2.2.	Insolvência.....	81
2.3.	Omissões do devedor.....	86
2.4.	Atos de falência.....	87
2.5.	Sentença de quebra.....	89
3.	Ritos processuais.....	91
4.	Competência e princípio da universalidade.....	96
5.	Extensão da falência.....	108
6.	Citação, contestação e depósito.....	111
7.	Falência requerida com base no art. 94, I, da Lei de Falências e medidas cautelares.....	114
8.	Legitimação ativa.....	116
9.	Sentença que decreta a falência.....	120
10.	Recursos.....	128
11.	Litigância de má-fé.....	131
12.	Outras questões.....	132
13.	Ações revocatórias.....	143

<b>III – A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NA FALÊNCIA – Paulo Penalva Santos.....</b>	<b>151</b>
1. Introdução.....	151
2. Realização do ativo no DL 7.661/1945.....	152
3. A liquidação na Lei 11.101/2005.....	152
4. As modalidades de realização do ativo.....	153
5. A participação ativa dos credores na liquidação.....	154
6. A assembleia geral de credores na falência.....	155
7. O direito de voto na assembleia geral de credores.....	155
8. O direito de voto do Fisco.....	156
9. A atual decisão assemblear obriga a todos.....	159
10. O <i>quorum</i> para a deliberação da assembleia de credores.....	160
11. Mudança de ambiente: o papel fundamental das assembleias de credores na Lei 11.101/2005.....	161
12. O princípio majoritário nas deliberações assembleares.....	162
13. Objeto da deliberação dos credores.....	164
14. A constituição de sociedade de propósito específico.....	165
15. A criação de fundos de investimentos.....	169
16. Conclusão.....	171
<b>IV – A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Paulo Penalva Santos.....</b>	<b>173</b>
1. Introdução.....	173
2. Deliberações na assembleia geral de credores na recuperação judicial.....	173
2.1. Aprovação de plano prevendo tratamento diferenciado entre credores da mesma classe.....	174
2.2. Possibilidade de o juiz alterar o plano aprovado em assembleia geral... ..	178
3. As alterações da Lei Complementar 147 de 2014.....	181
<b>V – CRÉDITOS SUBMETIDOS OU EXCLUÍDOS DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E DA FALÊNCIA – Luis Felipe Salomão....</b>	<b>187</b>
1. Introdução.....	187
2. Breve visão do sistema financeiro.....	191
2.1. Resumo histórico da atividade bancária.....	191
2.2. A atuação dos bancos.....	193
2.3. Jurisprudência bancária.....	194
3. Créditos submetidos aos efeitos da recuperação.....	235

4. Créditos com garantia fiduciária e com garantia real.....	239
4.1. Bens móveis e imóveis, fungíveis e não fungíveis.....	239
4.2. Direitos reais “em garantia” e “de garantia”.....	241
5. Créditos excluídos dos efeitos da recuperação.....	243
6. Créditos com exclusão total – as exceções previstas no art. 49, § 3º, da Lei de Falências (não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial).....	244
7. Alienação fiduciária em garantia e cessão fiduciária de crédito.....	252
8. A “trava bancária” na recuperação judicial.....	258
9. As exceções previstas no art. 49, § 4º, da Lei de Falências.....	260
10. Créditos com exclusão parcial – o art. 49, § 5º, da Lei de Falências.....	262
11. Os créditos na falência.....	264
11.1. Créditos concursais.....	268
11.2. Créditos extraconcursais.....	270
<b>VI – O CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA – Paulo Penalva Santos.....</b>	<b>273</b>
1. Introdução.....	273
2. O crédito tributário na recuperação judicial.....	273
2.1. A sucessão tributária na recuperação judicial.....	273
2.2. Principal distinção entre a regra do CTN e a da Lei Falimentar.....	278
2.3. A responsabilidade tributária na transformação, na fusão e na incorporação.....	278
2.4. A responsabilidade tributária na cisão.....	280
2.5. O conceito de filial e de unidade produtiva isolada.....	285
2.6. O momento da comprovação da regularidade do crédito tributário na recuperação judicial.....	286
2.7. Direito ao parcelamento. A correta interpretação do art. 57 da Lei 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN.....	287
2.8. A Lei do Parcelamento Tributário Federal (Lei 13.043, de 13 de novembro de 2014). O Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496, de 24 de outubro de 2017).....	293
2.9. A Lei de Transação de Créditos Tributários e Não Tributários da União (Lei 13.988, de 14 de abril de 2020).....	296
3. O crédito tributário na falência.....	298
3.1. A nova classificação de créditos na falência.....	298
3.2. Compensação do crédito tributário.....	300

3.3. O requerimento de falência pela Fazenda Pública. Impossibilidade. Violação ao princípio da razoabilidade e da função social da empresa.....	304
4. Conclusão.....	308
<b>VII – OS CONTRATOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E NA FALÊNCIA –</b> <i>Paulo Penalva Santos</i> .....	311
1. Introdução.....	311
2. Contratos na vigência do DL 7.661/1945.....	312
2.1. Os contratos unilaterais.....	312
2.2. Contratos bilaterais.....	313
2.3. Contratos de sociedade.....	313
2.4. Contratos na concordata preventiva.....	314
3. Contratos na Lei 11.101/2005.....	315
3.1. Contratos na falência.....	315
3.2. As relações contratuais regidas pelo art. 119.....	316
3.2.1. Coisas expedidas ao falido e ainda em trânsito.....	316
3.2.2. Contrato de venda de coisas compostas.....	317
3.2.3. Contrato de venda a prestações.....	317
3.2.4. Contrato de venda com reserva de domínio.....	318
3.2.5. Venda a termo.....	318
3.2.6. Promessa de compra e venda de imóveis.....	318
3.2.7. A falência do vendedor e o direito à aquisição do bem imóvel.....	319
3.2.8. Contrato de locação.....	320
3.2.9. Compensação e liquidação no âmbito do sistema financeiro nacional.....	321
3.2.10. Patrimônio de afetação.....	321
3.2.11. Contrato de sociedade.....	322
3.3. Os contratos na recuperação judicial.....	324
3.3.1. A manutenção das regras contratuais.....	324
3.3.2. A novação na recuperação judicial.....	325
3.3.3. Da cláusula resolutória expressa.....	332
3.3.4. Arbitragem na recuperação judicial.....	333
3.3.5. A possibilidade de modificação do contrato pelo plano.....	335
3.3.6. A importância do registro do penhor de crédito.....	335

3.4.	A possibilidade de prorrogação compulsória de contrato essencial para o soerguimento da empresa em recuperação judicial.....	337
3.4.1.	A competência do juízo da recuperação judicial.....	337
3.4.2.	A possibilidade de prorrogação dos contratos essenciais para o sucesso da recuperação.....	340
3.4.3.	Conclusão.....	356
4.	Casos especiais.....	357
4.1.	Arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ).....	357
4.2.	A alienação fiduciária.....	361
4.3.	Adiantamento a contrato de câmbio.....	362
4.4.	Concessionárias de serviço público.....	363
5.	O caso da cessão fiduciária de recebíveis.....	364
5.1.	Ações e execuções não sujeitas à recuperação judicial.....	364
5.2.	O caso específico da cessão fiduciária de recebíveis.....	366
5.3.	Bens de capital.....	371
6.	Conclusão.....	376

## VIII – A TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA RECUPERAÇÃO DE EMPRESA E NA FALÊNCIA

	<i>Luis Felipe Salomão</i> .....	377
1.	Introdução.....	377
1.1.	Um pouco de história da atividade mercantil e da utilização da pessoa jurídica para esse fim.....	377
1.2.	Teorias acerca da natureza das pessoas jurídicas.....	379
2.	A teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	382
3.	A desconsideração no direito brasileiro.....	384
3.1.	Direito positivo.....	384
3.2.	Conceito.....	387
3.3.	A desconsideração e o bem de família.....	389
3.4.	Jurisprudência.....	394
3.5.	Abuso de direito ou fraude na recuperação judicial e falência.....	396
3.6.	Ação própria para apuração da responsabilidade dos sócios (LTDA.) e controladoras/administradores (S/A).....	398
3.7.	Extensão da falência aos sócios.....	399
3.8.	Pessoas atingidas pela desconsideração.....	401
4.	Aspectos processuais.....	402
4.1.	Desnecessidade de ação própria para aplicação da teoria da desconsideração.....	402



4.2. Impugnação da decisão de desconsideração.....	404
4.3. Prescrição e decadência.....	405
4.4. Competência.....	407
5. A desconsideração no novo Código de Processo Civil.....	408
<b>IX – A APLICAÇÃO DO NOVO CPC À LEI 11.101/2005 – Luis Felipe Salomão</b> .....	<b>411</b>
1. Introdução.....	411
2. Insolvência civil.....	413
3. Cadastramento das pessoas jurídicas para comunicação processual via eletrônica .....	413
4. Forma de contagem dos prazos.....	414
4.1. Prazo de suspensão das ações em face da empresa em recuperação... ..	414
4.2. Prazos de direito processual, material e misto: a) prazos processuais: contestar e recorrer; prazos com chamadas de editais; b) prazos materiais: prescrição e decadência; para interpelação do administrador e cumprimento do contrato – artigo 117, parágrafo primeiro, LRF; prazo de ineficácia de atos para efeito de revocatória – artigo 129, IV e V; prazo para propositura da própria ação revocatória – artigo 132; c) prazos mistos: prazo de suspensão das ações – parágrafo 4 do artigo 6 da LRF; termo legal da falência – artigo 99-II; prazo para depósito elisivo da falência – artigo 98, parágrafo único .....	419
4.3. Prazo em dobro para recorrer não se aplica a credores de sociedade em recuperação judicial .....	420
4.4. Negócio processual (artigo 190 do NCPC) .....	420
5. Cabimento do agravo de instrumento e sustentação oral.....	421
5.1. Decretação da falência.....	421
5.2. Decisão que defere o processamento da recuperação judicial.....	429
6. Cabimento de ação rescisória .....	430
7. Honorários de sucumbência e regra de transição.....	431
8. Arbitragem e mediação no novo CPC e a relação com a Lei de Recuperação e Falência .....	438
8.1. Introdução.....	438
8.2. Arbitragem e mediação, recuperação judicial e falência .....	441
8.3. Jurisprudência do STJ sobre sentença arbitral e Recuperação judicial... ..	443
<b>X – OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL</b> – Paulo Penalva Santos .....	<b>447</b>
1. Introdução.....	447
2. Honorários advocatícios: crédito equiparado ao trabalhista.....	447

3. Honorários de sociedade de advogados.....	449
4. Honorários advocatícios: ausência de limitador de 150 salários mínimos na recuperação judicial.....	451
5. Conclusão.....	453
<b>XI ~ A CONSOLIDAÇÃO SUBSTANCIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL: A PROBLEMÁTICA DO PLANO ÚNICO - Paulo Penalva Santos.....</b>	<b>455</b>
1. Introdução.....	455
2. Grupos econômicos de direito e de fato.....	456
3. Litisconsórcio ativo na recuperação judicial: a consolidação processual...	463
4. Plano de recuperação judicial único: a consolidação substancial .....	473
5. A consolidação e a insolvência transnacional .....	482
6. Conclusão.....	487
<b>XII - A SUSPENSÃO DA COBRANÇA DA MULTA ADMINISTRATIVA E SUA SUJEIÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Paulo Penalva Santos...</b>	<b>489</b>
1. Introdução.....	489
2. Distinção de tributo e multa administrativa.....	490
3. O crédito tributário e as multas na falência.....	491
4. O crédito tributário e as multas na recuperação.....	495
4.1. Recuperação extrajudicial .....	495
4.2. Recuperação judicial .....	497
5. Conclusão.....	501
<b>XIII - A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL - Paulo Penalva Santos.....</b>	<b>503</b>
1. Introdução.....	503
2. Os novos meios preventivos.....	506
3. Observações preliminares: objeto da recuperação extrajudicial.....	507
4. Legitimidade para apresentação do plano extrajudicial.....	509
5. Requisitos para a homologação do acordo extrajudicial.....	510
6. Requisitos formais .....	510
7. Credores não abrangidos pela recuperação extrajudicial .....	513
8. Proibição de pagamento antecipado ou de tratamento desfavorável.....	514
9. Impedimentos à homologação do plano .....	514
10. A suspensão de ações e a impossibilidade do pedido de decretação de falência.....	514

11. Desistência do pedido .....	516
12. A sentença homologatória é título executivo judicial.....	517
13. Tipos de acordo.....	517
14. Objeto.....	518
15. A justificativa.....	518
16. Abrangência do acordo. Possibilidade de instituição de subclasses pelo plano.....	518
17. Critérios de apuração do percentual .....	529
18. Condições de ordem econômica .....	532
19. Os documentos contábeis.....	533
20. O rito processual.....	534
21. Efeitos do plano de recuperação extrajudicial.....	538
22. A alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas.....	538
23. Possibilidade de realização de outras modalidades de acordo privado.....	539
24. A nota de crédito industrial.....	539
25. Conclusão.....	540
<b>XIV - MODELOS DE PEÇAS .....</b>	<b>541</b>
1. Petição de impetração de recuperação judicial.....	541
2. Decisão de deferimento do processamento da recuperação.....	551
3. Decisão prorrogando prazo de suspensão das execuções .....	553
4. Sentença decretando a falência.....	555
5. Sentença de habilitação do crédito falimentar .....	558
6. Ofício suscitando conflito de competência .....	558
7. Sentença de extensão da falência .....	561
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>565</b>